

Sessenta e seis mil e

Ana Beatriz Magno

Invasão a área pública de Brasília é um grande negócio. Existem na capital da república 66.200 metros quadrados de espaços urbanos ocupados irregularmente por comerciantes. São os posseiros chiques.

Entre eles há empresários grandes e pequenos, desconhecidos ou bem relacionados, políticos e sindicalistas que ocupam e lucram com uma área pública equivalente a 1.000 apartamentos médios de dois quartos e não pagam um tostão de tributos territoriais por isso.

Pelo contrário. Só no Plano Piloto são 1.324 invasores que ganham com a ampliação de suas lojas, bares e restaurantes, enquanto o governo do DF deixa de arrecadar, em impostos ou multas que cobraria dos invasores, R\$ 1.668.240,00 por ano, ou

25.286 salários mínimos.

Os números estão nas 200 páginas de um minucioso relatório recheado de mapas, produzido pela administração regional de Brasília. O documento, começou a ser elaborado em junho, ficou pronto na semana passada e ainda está guardado a sete chaves pelo administrador do Plano Piloto, Jorge Waquim, há cinco meses no cargo.

Mestre de Tai-Chi-Chuan, Waquim não aceita a vista grossa que o governo sempre fez para o problema dos posseiros chiques. Ele quer proibir novas invasões, cobrar impostos das menos agressivas e acabar com as mais escandalosas.

A estratégia, já usada na elaboração do relatório, repete a filosofia de sua arte oriental predileta. Ensinou a sua equipe a se aproximar dos infratores com agilidade dos felinos e atacar com a precisão de uma águia.

Antes das estatísticas serem impressas, 30 fiscais passaram 60 dias nas ruas da cidades. Autuaram os proprietários, mediram e mapearam todas as invasões, mas não multaram ninguém. "Não podemos multar porque as irregularidades são tão graves que não estão previstas na Lei", lamenta Waquim.

A sutileza jurídica é mais ou menos assim: "pela lei deve-se multar quem invade até 60% da calçada, tenta explicar o administrador. "Como todo mundo ocupa muito mais do que 60% não se pune ninguém."

A fúria de ampliar os negócios complica a vida dos pedestres, provoca acidentes e altera o desenho urbanístico único da cidade. "A invasão virou cultura, invade-se porque sempre se fez vista grossa", reconhece Evelise Longhi, secretária-adjunta de obras do GDF.

Os invasores se defendem com o argu-

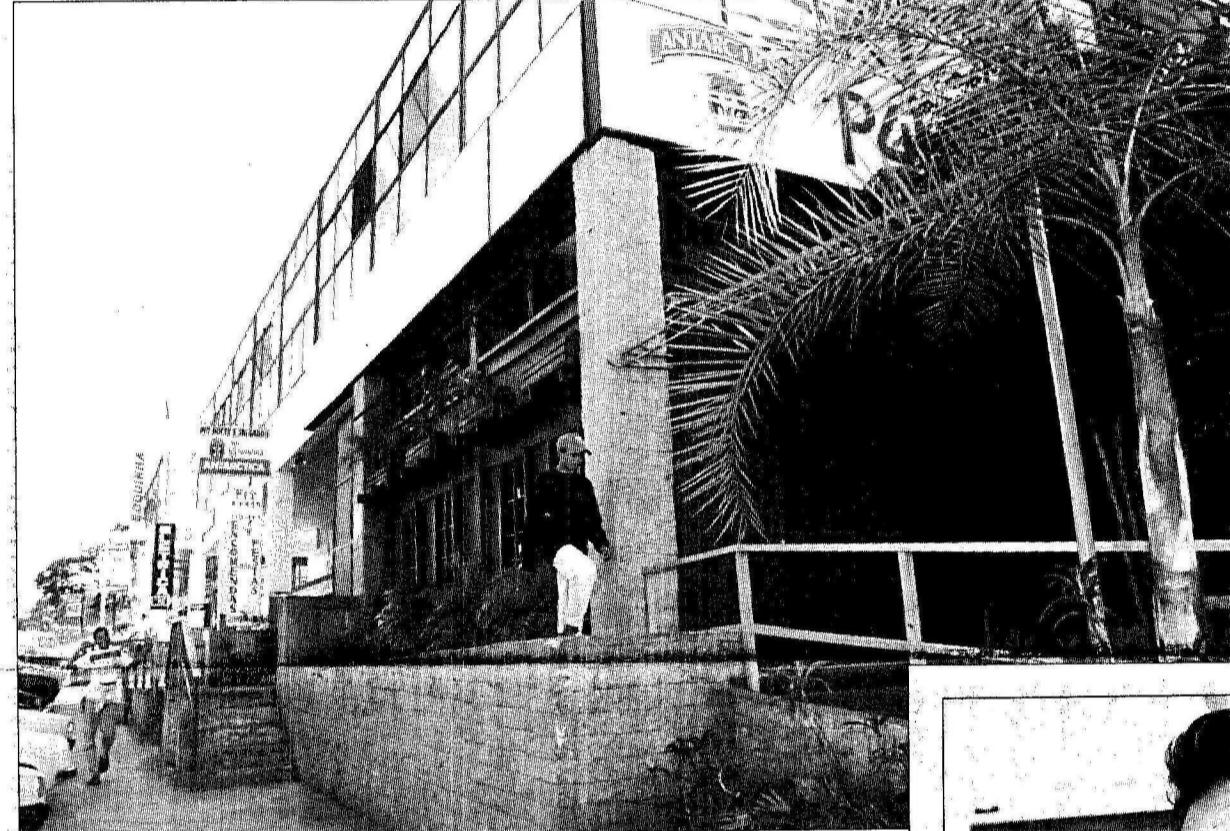
mento de que os blocos comerciais previstos no projeto de Brasília são pequenos e mal desenhados. Não permitem ampliações nem a criação de uma planta mais flexível.

Quase todos tem consciência de que fere o Código de Obras da cidade. Alguns se dispõem a pagar o que deveriam, em impostos ou prestação de serviços alternativos.

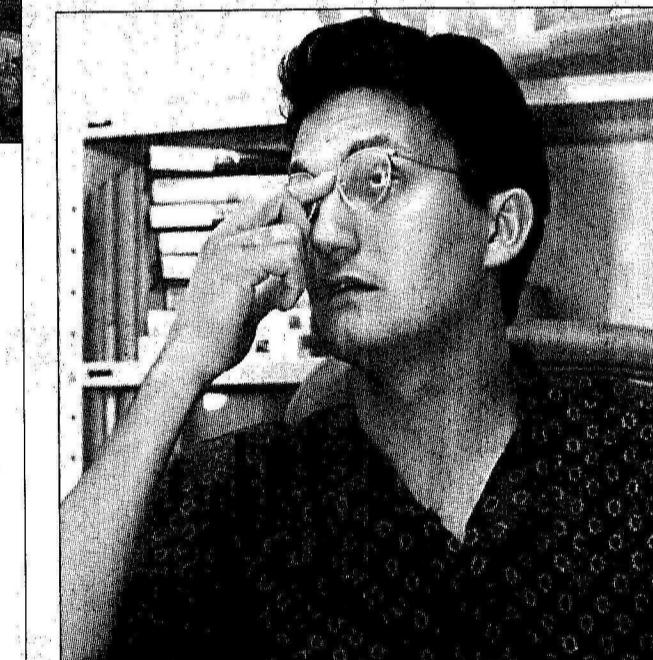
"Faço qualquer coisa para ter uma situação regular", afirma Marco Aurélio Costa, dono do restaurante Piantella. "Até coletar o lixo da quadra ou cuidar dos jardins."

O GDF procura uma alternativa menos drástica para resolver o problema. Já que é impossível simplesmente derrubar todas as áreas invadidas, o governo quer cobrar dos invasores uma taxa de arrendamento do espaço ocupado. No momento, discute-se uma fórmula jurídica para essa solução.

Fotos: Roberto Castro



André Brant



Uma casa noturna com aparência de caixote, sempre cheia de adolescentes. É a Public House (foto à esquerda), no bloco B da 204 norte. Tem 70 metros quadrados de invasão de área pública e a obra já foi embargada pela administração regional.

O dono, Alexandre de Oliveira, 28 anos (ao lado), entrou na Justiça e como o processo ainda não foi julgado, o estabelecimento continua funcionando a todo vapor.

"Não ocupamos a área pública, o terreno que invadimos é do condomínio e até hoje ninguém reclamou", diz Alexandre. "É mentira, a invasão é visível. Eles ocuparam toda a área de trânsito do bloco e quem quiser passar tem que andar pela calçada ou se equilibrar na mureta", rebate o fiscal José Oderno, irritado com a arrogância do jovem empresário.

A carreira empresarial de Alexandre começou com um grande problema. Um de seus locatários transformou cinco lojas num prostíbulo. Era a antiga Sauna Havaí.

Ela funcionou até o ano passado e foi transformada na boite New Scotch. Os aparelhos de ar condicionado instalados do lado de fora do prédio indicam mais uma invasão de área pública a caminho.

"Antes vinham aqui políticos de todo o tipo", lembra Alexandre. Se eu contar todos os que vi, ninguém vai acreditar".



O administrador Waquim não quer permitir novas invasões no Plano

Das Alagoas, Claudioor Santos, candidato a deputado distrital pela coligação de Valmir Campelo, herdou o gosto por fazer refeições de peixes e frutos do mar em lugares amplos e sem muito luxo. Um costume que tem a cara do restaurante de Claudioor: o Tarrafa's, na esquina da esquina da esquina, no bloco E.

Ali, ampliação é o que não falta. São 166 metros quadrados de área pública invadida e cercada por uma meia-parede de tijolinhos rústicos. Dentro: 40 mesas — nenhuma em espaço regular — e uma fatura diária de R\$ 650.

Claudioor e sua mulher Gilda Rodrigues começaram com um negócio pequeno, há 13 anos. O Tarrafa's tinha apenas um toldo. Chovia e o movimento baixava.

Em 1991 eles esqueceram que o terreno era público e começaram as obras.

As paredes subiram, as mesas invadiram a calçada e o ambiente ganhou em conforto os pedestres perderam em espaço. Hoje ninguém consegue andar ao redor do prédio.

"Sabemos que isso é irregular, mas se não fossem as obras seríamos obrigados a fechar o restaurante porque a loja era muito pequena", tenta explicar Gilda.

Sua tentativa vai mais longe. "Empregamos 17 funcionários, cuidamos do gramado e acabamos com os ratos, tudo depois que invadimos", diz, alegando posseira chique, convicta de que ocupar terreno público, na verdade, é um serviço social.

Dona Gilda só ficou sem graça quando, na última sexta-feira, com o restaurante lotado, os fiscais da administração regional mostraram que as redes de água e eletricidade da quadra estão dentro da área invadida pelo Tarrafa's, exatamente debaixo de uma das mesas.

"Isso é anti-higiênico, prejudica as redes de água, luz e esgoto, dificilmente o restaurante poderá ser regularizado nessas condições", explica o fiscal José da Luz, com um olho na tampa do fôsfo e outro na peixada de robalo, o prato número 1 da casa.

Claudioor fez escola na vizinhança. A melhor aluna é a cantina Orvieto, ao lado do Tarrafa's, onde se pode comer fondue à luz de velas, com direito a show de violino.

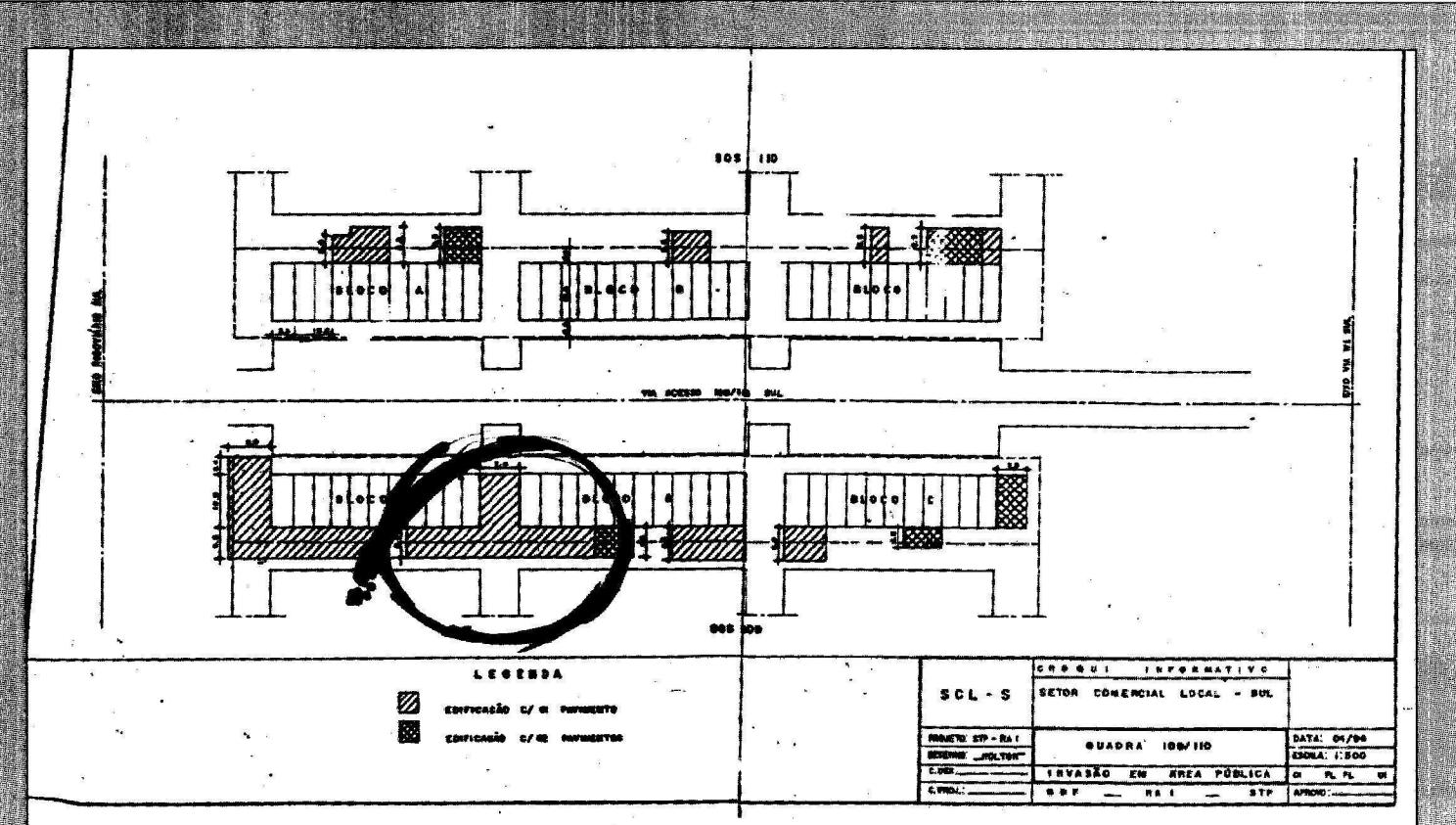
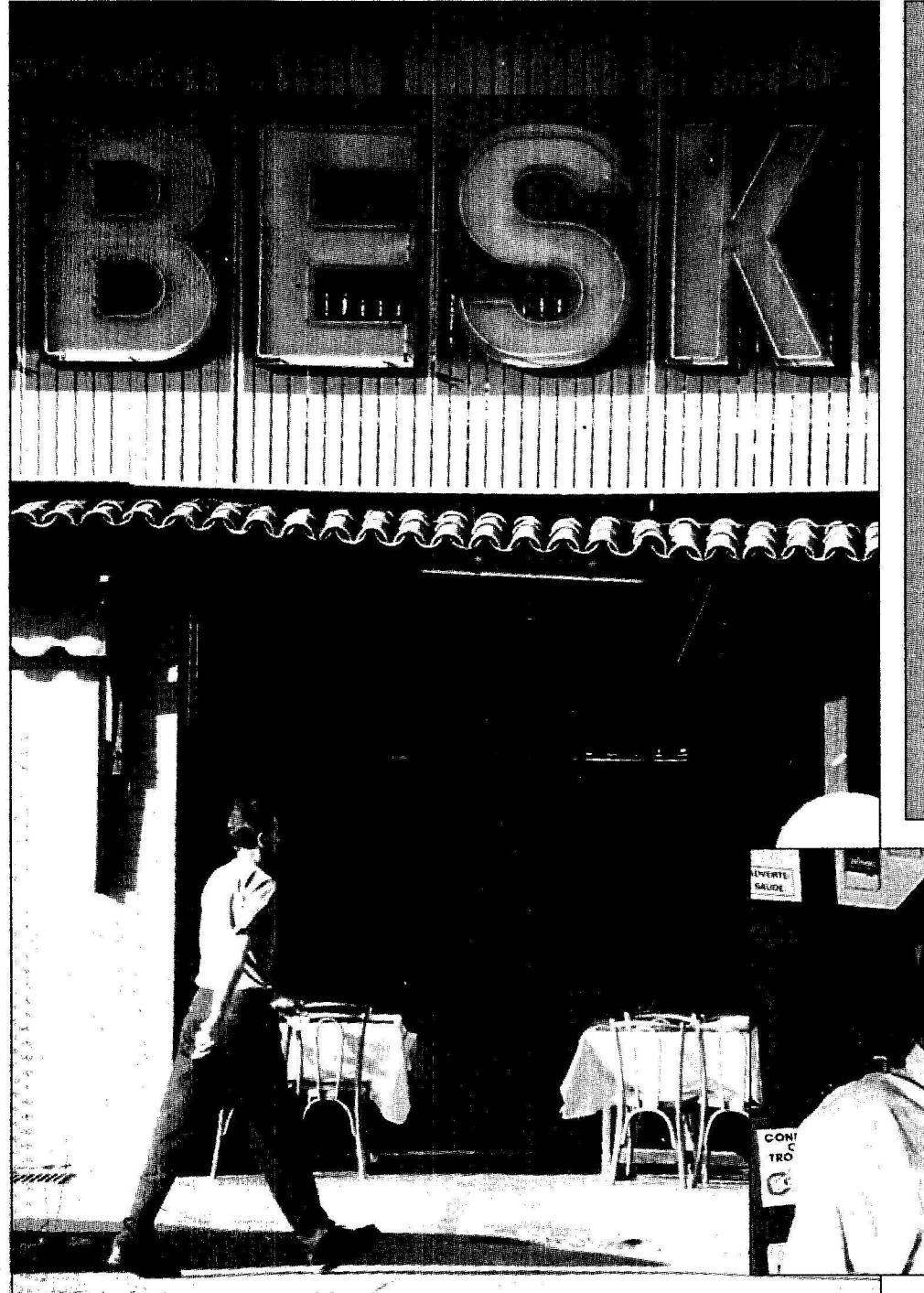
O traçado da cantina não deixa a desejar. Pelo menos na estética. O dono Renan Maranhão invadiu 144 metros quadrados de área pública e construiu uma extensão do restaurante com paredes de tijolinhos que emenda no vizinho Tarrafa's. Com isso, fecham quase metade do bloco E.

"Sei que estamos errados, mas se não invadirmos botamos nossos funcionários na rua e aí o que a administração regional vai fazer com essas pessoas?", questiona o gerente Geraldo Antônio. O fiscal José da Luz responde: "Não precisa ser tão radical, é preciso encontrar um meio termo."

OS CAMPEÕES DA ASA NORTE	
Hong Kong	710 N
220 m²	
Feijão Verde	714 N
179 m²	
Tarrafás	306 N
166 m²	
Barriga Verde	203 N
144 m²	
Public House	204 N
130 m²	
78 m²	

duzentos m² de invasão

Foto: Roberto Castro



Ponto dos mais badalados da cidade, a comercial 109 Sul é o paraíso dos posseiros chiques. Ali, na rua da boemia, todo mundo invade. O mais ousado é o Arabeske, restaurante árabe com 51 mesas, que todos as noite concorre com o tradicionalíssimo Beirute, outro invasor de carteirinha.

O dono do negócio, Samir Assad é invasor ostensivo. Exagerou na dose. Tomou 140 metros quadrados de terreno público, cercou a área com muro e toldo. E por fim,

bloqueou a passagem entre os blocos comerciais A e B (área marcada com um círculo na planta acima).

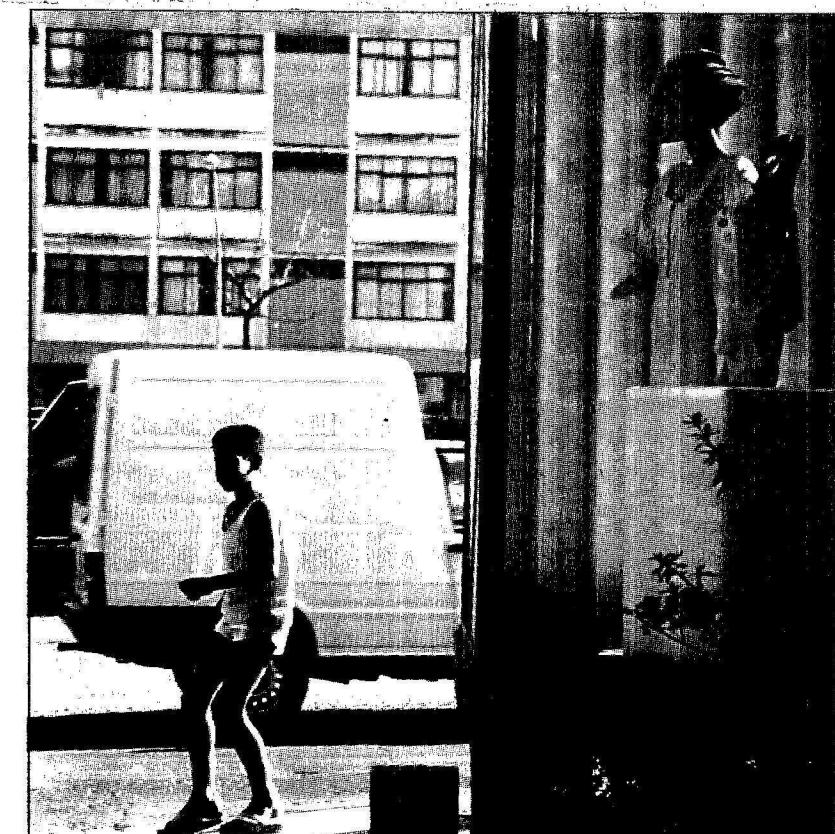
O lugar que deveria ser passarela pública, virou bar, com formato de galeria privada. "Para chegar da residencial até a comercial os pedestres devem andar 500 metros a mais.", queixa-se o fiscal da administração regional, José da Luz.

Prepotente, Samir Assad se esquiva, muda de assunto, reclama do governo, dos camelôs e da vida de empresário.

Sem arrancar um sorriso dos fiscais, ele tenta, finalmente convencer a fiscalização sobre sua inocência na história.

"Comprei esse restaurante há cinco meses e o antigo proprietário ainda me cobrou o dobro do preço só por conta da invasão", argumenta Samir.

A solução para o Arabeske, segundo a fiscalização, é só uma: "derrubar a mureta, tirar o toldo e cobrar uma taxa sobre a área ocupada", avalia José da Luz.



Nem só donos de restaurantes integram a lista dos invasores. Legisladores, políticos em campanha e sindicalistas também desrespeitam o patrimônio público.

Um bom exemplo é o comitê de campanha do deputado e candidato a reeleição Manoelzinho (PTR), no bloco D da 202 sul. O proprietário, Eurípedes Camargo Borges (acima), um dos melhores amigos do parlamentar, emprestou sua loja para o comitê. Aliás, cedeu a loja e sua extensão invadida com 96 metros quadrados.

"Se não construirmos na parte de trás, os fundos acabam virando dormitório de bêbado", tenta justificar-se Eurípedes, dono de três outras lojas no mesmo bloco, todas, igualmente com áreas públicas invadidas.

O invasor-vizinho ao comitê de Manoelzinho é outro fiel coletor de votos para o parlamentar: o Sindicato dos Taxistas. Pecou por não ser politicamente correto, pelo menos em questões patrimoniais e invadiu quase 200 metros quadrados de espaço público num prédio de dois andares.

Coincidentemente, quem decidiu pela obra, em 1991 foi justamente o Manoelzinho, na época presidente do Sindicato. "Ele fez certo, ampliamos o nosso patrimônio, acho que o GDF deveria nos vender essa área", diz o atual presidente Carlos Alberto Fraga, diante dos olhares perplexos dos fiscais da administração do Plano Piloto.

Posseiro chique que se preza invade com elegância, oferece cafêzinho aos fiscais e propõe soluções. É o caso de Marco Aurélio Costa, dono do restaurante Piantella, quartel-general das articulações políticas noturnas.

Prestigiado diariamente por políticos cinco estrelas, o Piantella, no bloco A da 202 sul, invade 150 metros quadrados de área pública. Marco Aurélio sabe do problema e guarda no manga propostas para resolvê-lo.

"Sei que estou errado, acho que a melhor solução seria todos os invasores darem uma contrapartida para o GDF, seja através de taxas ou benfeitorias prestadas à comunidade.", sugere Marco Aurélio (ao lado), como se aplicasse uma aula de conciliação do falecido doutor Ulisses, o frequentador mais ilustre da casa.

Marco Aurélio topa até coletar o lixo da quadra e manter os jardins da 203 em troca de continuar com o restaurante intacto, porém em situação legal.

OS CAMPEÕES DA ASA SUL	
Taioba 310 S	Maloca Querida 107 S
400 m²	254 m²
Merc. Santo Antônio 216 S	Primo Piloto 408 S
345 m²	231 m²
Carpe Diem 104 S	Gato Amarelo 405 S
330 m²	229 m²

R\$ 1.668.240,00
É o total de impostos que o GDF deixa de arrecadar com as áreas invadidas comercialmente no Plano Piloto

A malharia Vênus, no bloco D da comercial 414 Sul (acima), é um exemplo do perigo que os posseiros chiques podem causar à cidade. As vitrines da loja, especializada em roupas íntimas, entram pela calçada e deixam aos pedestres apenas dois passos de passagem, justamente na esquina da quadra.

"São 85 metros quadrados de invasão que a qualquer momento podem provocar um atropelamento", explica José Oderno, que em abril já havia notificado os proprietários.

A malharia Vênus é propriedade de ninguém menos do que Lázaro Marques, presidente do Sindicato dos Varejistas de Brasília. "Logo, ele é um dos que mais sabem sobre o assunto, tem total conhecimento de que não poderia fazer o que fez", afirma Oderno.

O Correio Braziliense tentou entrar em contato com sindicalista-proprietário na semana passada. Ele estava viajando para São Paulo.

Cravado na esquina da comercial 216 Sul, bloco C, o mercadinho Mercantil Santo Antônio, é o vice-campeão das invasões na Asa Sul. Ocupa 334,90 metros quadrados de terras públicas, divididos em dois andares.

A situação do bloco se agrava porque quase todas as lojas ali, invadem pelos fundos e lados, o que obriga aos pedestres a darem uma volta de 325 passos além do que seria necessário para circular todo o prédio.

O empresário César Maia, homônimo do prefeito carioca e dono do Santo Antônio, tentou convencer os fiscais de que não era responsável pelas invasões. "Já comprei a loja com esse tamanho, e também se fosse menor não daria para se fazer um supermercado aqui", explica.

